

JUVENTUDE REPUBLICANA DAS NOTAS DE RODAPÉ: AS CRÔNICAS DE RAUL POMPEIA.

Prof. Danilo de Oliveira Nascimento (UFMT)
Doutorando em Teoria e História Literária (UNICAMP)

Resumo: Durante seus últimos cinco anos de vida, Raul Pompéia (1863-1895) dedicou-se a publicação de crônicas sociais, políticas, de crítica de arte e literária em jornais como *Jornal do Comércio*, *Gazeta de Notícias*, *Gazeta da Tarde*, *Diário de Minas*, de Juiz de Fora – MG. Como roteiro “sobre as ideias filosóficas, literárias e políticas” suas crônicas indicam que a existência do cidadão e do jornalista sempre “esteve ligada ao processo histórico da república recém-proclamada” (Capaz, 2001, p. 99). Dentre os muitos temas, destaca-se a importância da ação juvenil na proclamação e na consolidação da república brasileira, neste sentido, o presente texto objetiva trazer à análise e interpretação aquelas crônicas em que Pompeia pretendeu projetar a imagem de uma juventude engajada no processo de mudança de regime de governo.

Palavras-chave: Raul Pompéia, crônicas, república, juventude.

1. Introdução.

Durante a década de 80 do século XIX, especificamente os anos de 88 e 89, período significativamente histórico e literário para o Brasil, Raul Pompéia aderiu, com vigor, ao exercício da imprensa combativa, reflexo do modelo francês de jornalismo que vigorou no país. A partir da compreensão da natureza beligerante da imprensa, o cronista divulgou o movimento republicano, uma vez que as crônicas como “agências de formação de consenso” (Neves, 1992, p. 78-9) facilitaram a propaganda dos ideais de ordem e progresso no país e a discussão em torno da instauração da institucionalidade republicana e fomentação de mitos e símbolos da nova ordem.

A importância da ação juvenil na proclamação e na consolidação da república brasileira é um dos tópicos de discussão frequente das crônicas de Raul Pompéia e por isso, muito mais do que uma “fase da vida” ou um “estilo de existência”, a juventude civil e militar refletirá aquela compreensão de “força social renovadora”, “força dinamizadora do sistema social” e ainda como “uma força de renovação histórica” (Foracchi, 1972, p. 303-4). Essa predisposição do cronista Raul Pompéia em discutir a importância política e social da juventude indica a natureza contemporânea das suas crônicas porque tais rubricas se colocam ao lado de discussões, de estudos de vários campos do saber e de representações de várias áreas das artes da faixa etária e, por isso, inserem-no em um movimento social, político e cultural mais amplo, nele, Raul Pompéia reconheceu o “poder juvenil” e o conclamou para as renovações sociais, desse modo, também tornou público, no Brasil Oitocentista, o aparecimento da juventude e dos problemas em torno da faixa etária, entre eles, ressalta-se “relações do jovem com o Poder” (Apud. Perrone-Moisés, 1988, p. 87), um dos temas principais de *O Ateneu*, senão, o tema principal.

1. Juventude republicana de jornal.

Como a prosa ficcional, as crônicas políticas e sociais escritas pelo cronista durante as duas últimas décadas do século XIX podem ser qualificadas como registro daquilo que sociólogos ou historiadores como Philippe Ariés (2006) convencionou rotular de “invenção da infância”, “sentimento de infância” e “descoberta da adolescência.” Para além de “depositária de valores novos”, a juventude representada nas crônicas pompeianas reflete manipulações da imagem da faixa etária a partir das quais se observa uma predisposição a uma projeção mítica do jovem e de um ideal de jovem em que se sintetizam aspirações, ambições e valores. Idealização da juventude que encontra na aurora, espetáculo matinal e/ou mito grego, sua recorrência sempre frequente. Como termo “associado à infância” (Lauwe, 1971, p. 278), aurora pode ser símbolo da juventude ou sinônimo de juventude, imagem que interpreta “um dos grandes campos de batalha do simbólico” (Levi e Schimtt, 1969, p.09) uma vez plasmada nos anseios da sociedade adulta. Seja qual for a intenção do cronista, sua menção ou referência sempre interliga juventude a república, esta “uma aurora de franca felicidade para o povo brasileiro (Apud Coutinho, Pompéia, 1983, p. 204, IX vol.) e não se restringe apenas às rubricas, mas ilumina também sua prosa ficcional. Se atração do cronista pela aurora se reflete em adequada estratégia discursiva e simbólica de persuasão visual, para o ficcionista, ela se reflete muitas vezes na caracterização emocional e psicológica tanto das personagens quanto da narração e do narrado.

A empolgação do cronista com a juventude e por isso sua predisposição constante em dignificar e idealizar a faixa etária auxilia na definição do “contorno” ou do “esboço” (Foracchi, 1972, p. 23) desse jovem próximo do modelo europeu: o “comportado burguês vitoriano, o jacobino de 1789, o eleitor bem informado ou o militante organizado das barricadas” (Carvalho, 2008, p. 69) e gerido da vontade impositiva política e ideológica do cronista. No entanto, tal predisposição em idealizar a faixa etária parece não lhe ter sido suficiente para divulgar um herói adolescente como “aspiração coletiva”, “modelo coletivamente valorizado”, “mobilização simbólica”, “cara da nação”, enfim como um dos recursos, segundo Carvalho (2007) necessário a “legitimação de regimes políticos”. Na busca por uma definição do modelo, o cronista incorre em tentativas, assim como a maioria das personalidades envolvidas no movimento político, de atribuir o estatuto de herói republicano a Benjamin Constant, “alma varonil”, “consagrado Patriarca da República”, “chefe dos chefes”, “sereno oficial”, “grande alma” e “centro da revolução brasileira” (Apud. Coutinho, 1983, p. 171, IX vol.); Silva Jardim, “modelo de caráter e civismo” (Idem, 1983, p. 300, IX vol.) ou Deodoro da Fonseca, a “alma histórica do povo brasileiro” e “homem de grande transição revolucionária” (Idem, 1983, p. 440, IX vol.), nota-se, portanto, que tal busca se encerra naquilo que Carvalho (2007) denominou de “dança de adjetivos” (Carvalho, 2007, p. 37).

Apesar de positiva e progressista, a visão do cronista sobre a juventude foi restritiva e refletiu certo teor paternalista e patriarcal ao destacar certa “lógica excludente e hierarquizada” calcada em “coesão e argumentos para a consolidação de determinadas relações sociais no país” (Turazzi, 1989, p. 24). Neste sentido, percebe-se

que o cronista nutre e expressa certa simpatia pela mocidade acadêmica de São Paulo, cidade predisposta à modernidade, aos embates emancipatórios e a partir da qual se deflagrou o “movimento de republicanização” (Athayde Tristão, s/d, p. 252), o que indicou sua supremacia crescente desde os anos de 1870, época do “alvorecer da

República” (idem, s/d, p. 252): A São Paulo, a mocidade de São Paulo, caiba a glória de acordar primeiro ao rebate da alvorada. É começar (Apud Coutinho, 1983, p. 110, VIII vol.). Consciente da importância de São Paulo e das potencialidades políticas, literárias e artísticas da mocidade acadêmica da cidade, o cronista sugere a leitura de *História da Literatura Brasileira*, de Sílvio Romero, espécie de “catecismo de prudência patriótica”.

Reconhecida como “força de renovação histórica” ou “necessidade social” (Nérici, 1969, p. 173) Raul Pompéia registrou o empenho da juventude acadêmica e idealista em criar e organizar agremiações como um dos exemplos de “núcleos de socialização do indivíduo e recursos asseguradores da continuidade do sistema” (Foracchi, 1972, p. 25), o que devia resultar, neste caso, em rompimentos de velhos padrões e instituição de novos. Esse reconhecimento da faixa etária e dos empenhos dela, no entanto, encaminhou o cronista para a compreensão generalizada e equivocada de que a “juventude é progressista por natureza”, trata-se aqui de uma “falácia”, uma vez que “movimentos reacionários ou conservadores também podem criar movimentos juvenis” (Mannheim, 1967, p. 51).

A repercussão, na imprensa, do movimento dos jovens jornalistas como exemplo de “ação renovadora” (Nérici, 1969, p. 174) pressupôs a vontade de substituição e de renovação de linguagem em que velhos hábitos deveriam ser reformados, reforma que deveria, portanto, culminar na criação do Centro da Imprensa, como resultado conveniente, segundo o cronista, “dos primeiros ardores da juventude” (Apud. Coutinho, 1983, p. 59, IX vol.).

Assim como a juventude, a República foi reconhecida, em crônicas durante o período de proclamação da República, como o despertar das “aspirações” (Apud. Coutinho, 1983, p. 157, VIII vol.) ou “símbolo das aspirações democráticas” (Carvalho, 2008, p. 12). Espécie de “carta branca” para a expressão de toda a sinceridade política, ideológica, ética, moral, educacional e artística, sinceridade que se confundia com fé republicana, ou fanatismo republicano já prenunciado em resposta a mesa de exame de direito constitucional quando do seu exame de arguição ocorrido no seu 2º ano de Academia em São Paulo: (...) Então, o senhor acha boa a república? Pompéia acudiu logo: -- Não há tal! – O examinador insistiu. – Mas nos seus escritos.... – Resposta peremptória do examinado: -- Não acho boa a república: acho-a ótima (Pontes, 1935, p. 79).

Essa crença fanática de Raul Pompéia pela República parece acentuar sua compreensão sobre a juventude como importante no auxílio à proclamação e à consolidação do regime político. Compreensão de qualquer forma adequada e conveniente, uma vez que a faixa etária, segundo Foracchi (1972) sempre está aberta aos “processos de criação”, possui “disponibilidade psicológica e social”, valoriza a liberdade e as “aventuras de improvisação” e é dotada de “esforço latente de criação”

(Foracchi, 1972, p. 11). Uma vez reconhecido o jovem como “pioneiro predestinado de qualquer mudança social” (Mannheim, 1967, p. 52), o cronista expressou explícita e implicitamente uma vontade acentuada de valorização do patriotismo juvenil no sentido de conclamar a mocidade brasileira a guerra contra os estrangeiros e sebastianistas.

Essa crença fanática de Raul Pompéia pela República parece acentuar sua compreensão sobre a juventude como importante no auxílio à proclamação e à

consolidação do regime político. Compreensão de qualquer forma adequada e conveniente, uma vez que a faixa etária, segundo Foracchi (1972) sempre está aberta aos “processos de criação”, possui “disponibilidade psicológica e social”, valoriza a liberdade e as “aventuras de improvisação” e é dotada de “esforço latente de criação” (Foracchi, 1972, p. 11). Uma vez reconhecido o jovem como “pioneiro predestinado de qualquer mudança social” (Mannheim, 1967, p. 52), o cronista expressou explícita e implicitamente uma vontade acentuada de valorização do patriotismo juvenil no sentido de conclamar a mocidade brasileira a guerra contra os estrangeiros e sebastianistas.

O tom de “arrebato patriótico” e sua vontade premente de persuasão de seus ideais sociais e políticos presentes em crônicas e textos políticos nutriram-se da sua compreensão de que “o ardor da juventude auxilia” (Apud. Coutinho, 1983, p. 334, III vol.). Ardor traduzido em vontade de modernização do país, alavancada por questões políticas, ideológicas, éticas e morais e que motivou Raul Pompéia a redigir textos de extremo catecismo nacionalista, como o polêmico prefácio do livro *Festas Nacionais* (1893), de Otávio Rodrigo: (...) mais do que um livro: é um ato de coragem” (Idem, 1982, p. 287, V vol.); *A Vergonha da Bandeira*, texto escrito aos dezessete anos (Schmidt, 1963, p. 77) e publicado pela primeira vez em *As Letras*, periódico do Grêmio Literário Amor ao Progresso, em 1880; e *Um Réu perante o Povo*, assinado por um moço do Povo. Nestes textos de produção intelectual e política juvenil, nota-se que a preocupação em defender seus argumentos nacionalistas é tão evidente quanto àquelas de ordem estética literária e de expressão de seu pessimismo fatalista.

O ardor pode ser, nesses termos, traduzido como espécie de “tópico argumentativo” para convencer os leitores a se inserirem também nesse movimento. Nestes textos nos quais é forte o tom militar ou de tribuna, Raul Pompéia entrelaça seu senso estético ao senso político ambos mobilizados pelo nacionalismo e pela compreensão da imprensa como espaço da neutralidade para a expressão da verdade e da sinceridade. Tais textos de coragem empenhada na emancipação nacional podem ser considerados fontes de crítica histórica e de crítica jornalística em que pesam uma noção generalizada do jornalismo como ponto de apoio a educação cívica, ideológica e política do povo.

Neste sentido, as rubricas servirão como possível meio através do qual Raul Pompéia intentou orientar politicamente a mocidade, elas sinalizaram a necessidade de encorajar aquilo que Mannheim reconhece como “novas potencialidades latentes nos jovens” cujo objetivo é “por abaixo a direção estabelecida de desenvolvimento social” práxis de uma sociedade caracterizada, basicamente, pela “transferência de tradição”, pelo “prestígio dos mais velhos” e pelo não reconhecimento das “forças revitalizantes

da juventude” e de sua integração social, pela relutância em “encorajar as novas potencialidades latentes dos jovens”, enfim, por uma deliberada negligência das reservas vitais e espirituais da juventude, “visto não haver uma vontade de romper com as tradições existentes na sociedade” (Mannheim, 1967, p. 59-60).

Assim como o termo “aurora”; “ardor” e “ardência” serão permanentes, explícita ou implicitamente, mencionados e aludidos em vários níveis do texto e farão referências a vários fatos e circunstâncias do contexto histórico e social. De modo geral, “ardência” corresponderá a “energia”, “força”, “vigor” e “potência”, a sensação servirá de substrato de renovações, inovações e revoluções em várias esferas sociais, econômicas e políticas;

também servirá de parâmetro na valorização da imprensa como o *Jornal do Comércio* e de obras como *História do Brasil*, de Sílvio Romero ou *Alma Livre*, de Brasil Silvano.

Ardência também servirá como sensação que explica as ações e atitudes de personalidades políticas e artísticas, como aquilo que as justifica e como atributo que torna tais personalidades dignas de elogio, no geral apenas aquelas diretamente ligadas à divulgação do movimento republicano ou abolicionista tais como Luis Gama, lutador que concentrou “em torno de si os entusiasmos ardentes da juventude” (Menezes, 1954, p. 226) e que se ocupou “em demasia com as ambições ardentes da época” (Apud. Coutinho, 1983, p. 113, VIII vol.) ou como o Sr. Conselheiro Duarte de Azevedo que com “sua admirável pena”, com “a sua palavra quente, comunicativa”, com o “ardor da convicção” o dotará de um caráter ativo juvenil durante discurso proferido em sua homenagem na noite de manifestação acadêmica.

Em seu sentido mais extremo, “ardor” alimentará a hostilidade de Raul Pompéia contra a Monarquia, contra os estrangeiros, em especial, os portugueses, contra o Encilhamento e por isso, tal sensação será rotulada ora de xenofobia ora de jacobinismo, este último divulgado por Raul Pompéia como “o mais legítimo entusiasmo das almas honestas” (Idem, 1983, p.66, VIII vol.), como expressão efetiva e visceral da ardência política e juvenil e como motivação para o cronista arremedar as modinhas infantis como espécie de provocação: Carneirinho, carneirão/ Olhai pr’o céu, olhai pró chão/ Manda El-Rei de Portugal/Para nos ajudar (Apud. Coutinho, 1983, p. 262, IX vol.).

São ataques e críticas constantes como essas acima que demarcam as crônicas como painel social em que se destacam as tensões e conflitos decorrentes de interesses opostos e oponentes entre o estatuto estabelecido de uma “sociedade estática” constituída de monarquistas, fazendeiros escravocratas e a imprensa oposicionista; e o de uma “sociedade dinâmica” que pretende se firmar e afirmar a partir da ação de abolicionistas, Partido Republicano, estudantes, jornalistas, escritores e poetas. Tais conflitos e tensões também se demarcam nitidamente durante as campanhas de propaganda lideradas por Silva Jardim e reafirmadas nos registros das ações da Guarda Negra, dos “assaltos de arruaças contra a propaganda republicana”, e da crítica à permanência dos privilégios da monarquia, entre ele, o de interferir no direito constitucional da liberdade de pensamento (Idem, 1982, p.140, VII vol.). As críticas do cronista aos valores da sociedade patriarcal e monárquica às vezes se estabelecem de maneira marcante ainda que sutil a partir do reflexo dos discursos sisudos e antipáticos sobre a juventude como fase da inexperiência e da imaturidade, os quais sempre

respaldam prerrogativas que impedem uma efetiva participação de jovens na vida política brasileira através do acesso aos direitos políticos, entre eles, o direito de voto, como fundamental.

No instante em que o cronista se apropria do discurso que retifica a juventude como faixa etária interessada apenas pelas “futilidades” da vida e por isso irresponsável, ele desvela o interesse da permanência do estatuto estabelecido dos privilegiados. A ironia a apropriação desses valores que interpretam o jovem como indivíduo a quem não se deve atribuir responsabilidades no âmbito da política, identifica os conflitos decorrentes do processo de democratização do país, conflitos alimentados, a propósito, pela interferência discursiva do cronista sempre favorável a participação efetiva da juventude. Consciente das potencialidades políticas juvenis, Raul Pompéia rebate as

críticas de um censor do mandato do Governador Portela sobre a ocupação de cargos públicos por jovens escritores e jornalistas o que, segundo, o publicista, poderia se configurar como sistema de apadrinhamento e de corrupção. Uma vez que não conseguiu reconhecer indícios de tal suposição, o crítico aponta o “pecado original de literatura” como causa dos problemas de gestão pública e como reflexo imediato da falta de preparo da juventude no exercício de cargos administrativos. Contra tal crítica, Raul Pompéia defende tanto o ato do Governador como “digno de aplausos” quanto elogia os ilustres moços como seus “auxiliares administrativos”.

Apesar de defesas constantes da juventude e das inúmeras tentativas de influências ideológicas, entre elas a de comentar as ações de certas personalidades importantes como Silva Jardim, Sampaio Ferraz, Teixeira e Souza e Barata Ribeiro, no que diz respeito à propaganda dos ideais republicanos e de sugeri-las como exemplos a serem seguidos pela juventude leitora de jornal, as mesmas crônicas comportam o reconhecimento de que o entusiasmo discursivo do propagandista, o seu próprio e o da imprensa de uma maneira geral não ia “além da mocidade” (Apud. Coutinho, 1982, p. p. 201, V vol.) o que o levou frequentemente a questionar a influência efetiva da imprensa no desenrolar dos fatos relacionados ao movimento.

Assim como Raul Pompéia, o crítico Tristão de Athaide (s/d) reconheceu o empenho da juventude acadêmica, no processo referente à proclamação da República, apenas como uma “agitação efêmera”, uma “agitação de mocidade”: o abolicionismo não passou de “uma torrente de discursos” e o republicanismo de “aplausos platônicos às ideias vencedoras”, essa análise do crítico sobre o movimento abolicionista e republicano toma como exemplo a própria participação do estudante Raul Pompéia que, apesar de sustentar “apaixonadamente o idealismo republicano”, tal paixão “mal ultrapassava os limites da imprensa e do cenáculo” (Athayde Júnior, s/d, p. 279).

Ao registrar o desenrolar dos eventos que concorreram para a implantação do novo regime político, é possível perceber que o cronista substituiu sua empolgação crédula e juvenil com respeito à participação da juventude por uma compreensão amadurecida, cética e irônica sobre uma efetiva ação política juvenil, uma vez que reconheceu a “generosidade” da juventude como causa direta da sua natureza instável e

volúvel.

Para o cronista amadurecido, generosidade é eufemismo para fantasias políticas juvenis enquanto que “republicanismo” passa a ser espécie de doença crônica que afeta propagandistas resistentes como A. Celso Júnior. No registro do discurso proferido na Câmara no dia 22 de junho de 1886 que ele intitula, de propósito, *A República do Sr. A. Celso Júnior*, Raul Pompéia admira, com certo ceticismo amargo, a coragem do deputado republicano e tece elogios não ao seu empenho discursivo na tribuna, mas a sua coragem de insistir em campanhas de propaganda sobre o regime republicano tanto na Câmara quanto no interior do país, especificamente em Minas Gerais, dois campos minados de monarquistas. Consciente de que “a ideia de monarquia é conatural à índole nacional” (Apud. Coutinho, 1982, p. 201, V vol.) e mais poderosa do que a empolgação política juvenil uma vez que a alma nacional vive “do pego das convenções” (Idem, 1982, p. 200, V vol.), Pompéia se coloca no lugar dos monarquistas para reproduzir a reação ideológica da ala conservadora diante dos argumentos do deputado liberal no sentido de mostrar que seus discursos a favor da república e suas campanhas de propaganda do regime republicano junto às classes mais baixas e no interior do país não tinha nenhum resultado efetivo concreto, tratavam-se, portanto, de empenho empolgado que beirava às raias da ingenuidade infantil.

Conclusão

A República idealizada pelos discursos utópicos dos jovens da Academia de Direito e da Imprensa e considerada pelo cronista como legítima autonomia do povo brasileiro (Apud. Coutinho, 1983, p. 221, VIII vol.) vai aos poucos se configurando, factualmente, como uma arena de vaidades e brigas no comando do Partido Republicano cujo relato irônico, da disputa de poder e reconhecimento da liderança do partido entre Silva Jardim e Quintino Bocaiúva, acentua sua decepção: Vivemos numa época de loucura. Oh, Cunha! Tira o chapéu! (.....) é a inspiração de todos os conflitos da política atual, na monarquia como na república. Disputa-se em toda a parte o invejável chapéu do comando (Idem, 1982, p. 229, VI vol.). Do reconhecimento de que a mazelas do sistema monárquico podem ser as mesmas do sistema republicano, o cronista amplia seu campo de visão crítica sobre a realidade da política brasileira considerada tempestade de “cobiças e apetites” (Idem, 1982, p.229, VI vol.), cozinha repleta de cozinheiros hábeis e pouco aseados (Idem, p. 206) ou ainda inferno em que a república ronca (Idem, p. 237), “inferno de reputação firmada, um inferno completo” (Idem, 1983, p. 40, VI vol.) cuja escuridão dificulta identificar o verdadeiro demônio ora transfigurado em “eleitor canalha” ora em “canalha ministro” (Idem, 1983, p. 40. VI vol.). A ironia do cronista espanta essa escuridão e esclarece que da efetivação daqueles ideais áureos juvenis, são poucos os que se beneficiam economicamente do novo sistema político:

A recorrência à metáfora para categorizar fatos e situações políticas e sociais se estende na análise do novo sistema implantando reconhecido como um “desastre social” (Idem, 1983, p. 149, 8 vol.), como uma “revista panorâmica da ladroeira”, como “teatro de feitos modernos” de rapinagem, estelionatos, jogatinas, roubos, corrupção administrativa, de privilégio para poucos, do ressurgimento de uma “nova praga de fidalgos portugueses” (Idem, 1983, p. 69, VIII vol.) e de mocidade corrompida: “Há moços que se condoem em causa própria com a sorte desses velhacos em número de

constituir toda uma próxima geração de velhacos” (Idem, 1983, p. 207, VIII vol.). Ainda que consciente de que por amor ao regime republicano, os partidários devem aceitá-lo “com a licença de não ser de anjos” (Idem, 1983, p. 301, VIII vol.), Raul Pompéia admite sua decepção ao constatar que “a forma republicana” não correspondia “aos belos ideais” (Apud. Coutinho, 1983, p. 165, VIII vol.) e infere a desilusão dos partidários republicanos.

Referências bibliográficas

ARIÉS, Philippe. **História Social da Criança e da Família**. 2. ed. Tradução Dora Flaksman. Rio de Janeiro: LTC, 2006.

ATHAYDE, Tristão. **À margem da História da República**. Rio de Janeiro: Edição do Anuário do Brasil, s/d.

CARVALHO, José Murilo. **Os bestializados**. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras. 2008.

_____. **A formação das almas**. São Paulo: Companhia das Letras. 2007.

FORACCHI, Marialice. **A Juventude na sociedade moderna**. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1972.

LAUWE, Marie-José Ch. **Um outro mundo: a infância**. Tradução Noemi Moritz Kon. São Paulo: Perspectiva, 1991.

LEVI, Giovanni e SCHMITT, Jean-Claude. (org.). **História dos jovens: Da Antiguidade à Era Moderna**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

MANNHEIM, Karl. **Diagnóstico de nosso tempo**. Tradução Octavio Alves Velho. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967.

MENEZES, Djacir. **A evolução do pensamento literário no Brasil**. Rio de Janeiro: Simões, 1954.

NÉRICI, Imideo G. **Adolescência: O drama de uma idade**. 4. ed. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura.

NEVES, Margarida de Souza. Uma escrita do tempo: memória, ordem e progresso nas crônicas cariocas. In: Setor de Filologia da FCRB. **A crônica: o gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil**. Campinas – SP: Editora da Unicamp. 1992.

PERRONE-MOISÉS, Leyla (org.). **O Ateneu: retórica e paixão**. São Paulo: Brasiliense, 1988.

POMPÉIA, Raul. **Escritos políticos**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira/OLAC/FENAME, 1981, vol. IV.

_____. **Crônicas I**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira/OLAC/FENAME, 1982, vol. VI.

_____. **Crônicas III.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira/OLAC/FENAME, 1983, vol. VIII.

_____. **Crônicas IV.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira/OLAC/FENAME, 1981, vol. IX, 1983.

PONTES, Elói. **A vida inquieta de Raul Pompéia.** Rio de Janeiro: José Olympio, 1935.

SCHMIDT, Afonso. **O Canudo.** São Paulo: Clube do Livro, 1963.

TURAZZI, Maria Inez. **A euforia do progresso e a imposição da ordem.** Rio de Janeiro: Marco Zero. 1989.